

Acesso à Universidade

C. A. Serpa, Flexa Ribeiro e J. Pessoa

Serpa



O acesso ao ensino superior via vestibular, no Brasil, tem a mesma dinâmica de um pêndulo: oscila de um lado para o outro ao passar dos anos. Às vezes, apresenta-se mais fácil e compreensível, agradando os interesses estudantes, professores e colégios; outras, parece uma tortura. Há mais de 100 anos a sociedade brasileira se depara com esse problema, desde que, em 1901, criou-se o processo seletivo ao ensino superior em razão de haver mais candidatos do que vagas oferecidas. Em resumo, ao longo da história, ora se restringiu o ingresso nos cursos superiores por alegação de má qualidade de formação nos estágios anteriores, ora procurou-se ocupar todas as vagas disponíveis.

Com a criação, no final dos anos 60, do sistema de ingresso unificado pela Comissão Nacional de Vestibular Unificado, possibilitou-se a formação, no Rio de Janeiro, do Cesgranrio, em 1972, responsável por organizar o concurso que reunia todos os cursos de todas as áreas no ensino superior. Tivemos um período em que as instituições de ensino superior e as de ensino secundário se deram as mãos, e os programas do concurso unificado eram enfocados nas escolas de segundo grau. Esse sistema durou até 1987, quando as instituições públicas decidiram realizar suas próprias seleções, individualmente.

Hoje, o número de candidatos nos concursos vestibulares de todo o Brasil chega a 4.600.000 pessoas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, sacramentou o modelo de processo seletivo, que não se baseia apenas num massacrante exame com forte componente psicológico para a entrada na universidade — que, convenhamos, é a pior prática pedagógica. Nesse processo, criou-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujo objetivo original não era promover a seleção para o ingresso nas universidades, mas avaliar a qualidade do Ensino Médio, e para que escolas e autoridades educacionais apreciassem se as políticas públicas estavam rendendo resultados.

A complexidade que envolve a infraestrutura de organização nacional das provas do Enem levanta a questão se seria melhor a divisão regional da aplicação dos testes. Creio que se poderia dividir o Brasil em cinco ou seis regiões, até porque há, também, muitas questões de natureza educacional — um candidato do Rio Grande do Sul, por exemplo, pode acabar conseguindo uma vaga numa universidade do Acre. Da mesma forma, alunos de estados de melhor desempenho escolar, como São Paulo e Rio de Janeiro, poderão vir a ocupar vagas de estudantes em estados de menor qualidade educacional. Isso é motivo de muita reflexão, e diz respeito não apenas à debilidade organizacional do Enem, mas aos reais interesses dos estudantes brasileiros. É preciso garantir a eles um processo claro, sério e democrático.

O patinho feio da educação brasileira sempre foi o ensino médio. Acontece que este é crucial para o desenvolvimento do Brasil. Não se trata apenas de investir apenas em escolas técnicas, que, de resto, são muito necessárias, mas é necessário criar possibilidades de os estudantes encontrarem profissões de nível intermediário que o mercado tanto precisa. Há elementos de conhecimento indispensáveis para a obtenção de um lugar no mercado de trabalho, como saber informática e inglês, que a escola média deve oferecer aos jovens. A garantia de se alcançar um sustento na sociedade moderna é o ensino médio, em todas as suas modalidades. Já o ensino superior é para aqueles que desejarem e puderem cursar em qualquer tempo de suas vidas.

Edgar

Saber é instrumento de poder. Depois de tantos anos de permanência dessa situação da educação brasileira ao sabor do acaso, uma questão surge: a quem interessa que isso continue desse jeito? Em suma, qual é a política brasileira em matéria de transmissão de saber? O resumo político dessa história é o seguinte: o Brasil não se preparou para distribuir saber, pois se trata de um instrumento de poder.

Toda essa realidade diz respeito, no fundo, à falta de explicitação de uma política educacional para o país. Queremos ter índices educacionais comparáveis aos da Finlândia ou da Coreia do Sul, mas a comparação é inaceitável. É preciso reconhecer que o Brasil é um país vitorioso em matéria de educação, uma vez que temos mais de 95% de nossas crianças nas escolas primárias — apesar de contarmos com um Estado cuja política não é distribuir saber.

Há quarenta anos, no Rio de Janeiro existiam 100 mil crianças fora da escola primária. Portanto, estamos falando de duas gerações. Somos extremamente vitoriosos em matéria de educação, mas ninguém diz isso; só se sabe falar mal dos professores. Os candidatos à Presidência da República se cansam de falar que o professor precisa ganhar bem, mas ninguém o condecora ou diz que ele deve ser respeitado em sala de aula. Qual exemplo dá a classe política brasileira de que se importa com a educação? Criando disciplinas obrigatórias...

Estão introduzindo no processo educacional brasileiro doses cada vez maiores de simulação oficial. As leis existem, mas todos sabem que não serão cumpridas. Por exemplo, não se pode obrigar o ensino de uma língua estrangeira se não há quantidade de professores suficiente para oferecer aquela disciplina. As autoridades responsáveis pela educação nacional não se pronunciam a esse respeito, porém, ao contrário, permitem a divulgação de um ranking de escolas a partir do resultado de um exame (Enem) que não se destina a esse fim.

A primeira coisa que se deve fazer para melhorar o estado de coisas a que se chegou, no campo do ensino, é respeitar a educação que o Brasil foi capaz de realizar até hoje. E a discussão que se faz sobre a educação precisa ser, cada vez mais, política. Estamos sendo enganados há anos por discurso que pretende expor uma política pública e atos — fatos — que a desmentem. Isso está bem expresso pelo Enem, consistindo de um exame unificado para todo o país. Por que realizar um exame uniforme num país com tantas diversidades regionais como o Brasil? A dúvida que se coloca é a seguinte: será que o jovem brasileiro bem formado é o que demonstra saber responder as perguntas que o Ministro da Educação fez e do jeito que este quer?

